

A saúde mental dos agentes do sistema prisional: mapeamento de estudos brasileiros

The mental health of prison guards: a mapping of Brazilian studies

La salud mental del personal penitenciario: una cartografía de los estudios brasileños

Recebido: 18/02/2022 | Revisado: 26/02/2022 | Aceito: 09/03/2022 | Publicado: 16/03/2022

Wallace Henrique Pinho da Paixão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2533-4707>

Instituto Nacional do Câncer, Brasil

E-mail: whpp2601@hotmail.com

Jorge Luiz Lima da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2370-6343>

Universidade Federal Fluminense, Brasil

E-mail: jorgeluzlima@gmail.com

Gabriella Filippini Silva Ramos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2570-0498>

Instituto Fernandes Figueira - Fiocruz, Brasil

E-mail: gfilippini@id.uff.br

Marisa Augusta de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7859-2059>

Fundação Osvaldo Cruz- Fiocruz, Brasil

E-mail: marisa.augusta@fiocruz.br

Cláudia Maria Messias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1323-0214>

Universidade Federal Fluminense, Brasil

E-mail: marimessi1512@gmail.com

Filipe Sardinha Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6107-0238>

Centro Universitário Celso Lisboa, Brasil

E-mail: lipesardinha.enf@gmail.com

Resumo

Objetivo: o estudo tem por objetivo conhecer os principais fatores que influenciam na saúde mental dos agentes do sistema prisional. Métodos: estudo descritivo, a partir de revisão integrativa. Os critérios de inclusão foram: estudos publicados entre 2014 e 2021, com texto completo disponível, no idioma português. A busca na literatura ocorreu entre outubro e dezembro de 2021, nas bases eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Scholar, Scielo e Periódico Capes. Foram selecionados 17 artigos para discussão. Resultados: 2019 foi o ano com maior número de publicações, a enfermagem e psicologia se apresentam como as profissões com maior número de estudos. Após leitura e análise textual, emergiram quatro categorias para a discussão acerca do tema: Perfil dos profissionais do sistema prisional; Impacto na qualidade de vida no trabalho percebida pelos profissionais; Vulnerabilidade aos riscos psicossociais; O *ser* agente do sistema prisional. Conclusão: embora a satisfação no trabalho seja majoritariamente descrita, é observado a tendência à insatisfação.

Palavras-chave: Sistema prisional; Saúde mental; Saúde do trabalhador.

Abstract

Objective: the study aims to know the main factors that influence the mental health of prison guards. Methods: descriptive study, from integrative review. The inclusion criteria were: studies published between 2014 and 2021, with full text available, in the Portuguese language. The literature search occurred between October and December 2021, in the electronic bases: Virtual Health Library (VHL), Google Scholar, Scielo and Periódico Capes. Seventeen articles were selected for discussion. Results: 2019 was the year with the highest number of publications, nursing and psychology present them selves as the professions with the highest number studies. After reading and textual analysis, four categories emerged for discussion about the theme: Profile of prison system professionals; Impact on quality of life at work perceived by professionals; Vulnerability to psychosocial risks; Being a prison system agent. Conclusion: although job satisfaction is mostly described, a tendency to wards dissatisfaction is observed.

Keywords: Prison system; Mental health; Worker's health.

Resumen

Objetivo: El estudio tiene como objetivo conocer los principales factores que influyen em la salud mental de los agentes del sistema penitenciario. Métodos: estudio descriptivo, a partir de una revisión integradora. Los criterios de inclusión fueron: estudios publicados entre 2014 y 2021, con texto completo disponible, en idioma portugués. La

busque da bibliográfica se realizou entre octubre y diciembre de 2021, en bases de datos electrónicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Scholar, Scielo y Periódico Capes. Se seleccionaron diecisiete artículos para sudiscusión. Resultados: 2019 fue el año com mayor número de publicaciones, enfermería y psicología se presentan como lãs profesiones com mayor número de estudios. Traslactura y el análisis del texto, surgieron cuatro categorías para la discusión sobre el tema: Perfil de los profesionales del sistema penitenciario; Impacto em la calidad de vida em el trabajo percibido por los profesionales; Vulnerabilidad a los riesgos psicosociales; El ser agente del sistema penitenciario. Conclusión: aunquela satisfacción en el trabajo está mayoritariamente descrita, se observa latendencia a la insatisfacción.

Palabras clave: Sistema penitenciario; Salud mental; Salud del trabajador.

1. Introdução

A saúde física e mental dos trabalhadores é influenciada por marcadores psicossociais, que estabelecem as relações entre saúde e trabalho. Os fatores psicossociais do trabalho traduzem-se em: interações entre ambiente, condições e conteúdo do trabalho; a maneira como se dá a organização da instituição; desempenho, capacidades e necessidades do trabalhador; cultura; experiências prévias; satisfação no trabalho; bem como as características próprias (Santos, 2019).

Pesquisas sobre fatores psicossociais de risco no ambiente de trabalho tiveram grande avanço nas duas últimas décadas, constituindo um robusto conhecimento empírico e teórico. Dessa forma, tais fatores de risco dizem respeito às condições ou variáveis que, levando em conta determinadas situações, têm capacidade de gerar danos à saúde dos trabalhadores (Tschiedel, 2012).

Nesse sentido, segundo dados da Previdência Social, a terceira causa de incapacidade para o trabalho diz respeito aos transtornos mentais e comportamentais, resultando em 668.927 casos, aproximadamente 9% do total de auxílios doença e aposentadorias por invalidez no período de 2012 a 2016 (Ministério do Trabalho, 2017). Há obstáculos quanto a supervisão e elaboração de ações de prevenção e promoção da saúde mental do trabalhador, uma vez que, de acordo com o Ministério da Saúde, há uma má caracterização das doenças mentais relacionadas ao trabalho, sendo provável que os números relativos ao seu impacto na incapacidade laboral sejam ainda maiores, já que grande parte das ocorrências sequer é registrada. Dentre os diversos ambientes de trabalho que integram esse cenário, destaca-se o sistema prisional (Marques et al., 2018).

O Policial Penal, nomenclatura proposta a partir da Emenda Constitucional nº 104/2019, anteriormente denominado “agente penitenciário”, possui o estigma de ter o seu trabalho, por vezes, considerado uma das funções mais indesejáveis. A função do policial penal é custodiar os presos, portanto, é responsável por: tarefas de revista (seja dos internos, visitantes ou das celas); condução dos presos (na área interna e externa da instituição); bem como vigilância da unidade prisional. Em decorrência de tais funções, esses profissionais estão frequentemente sujeitos a situações de estresse, como: intimidações; agressões; ameaças; possibilidades de rebeliões, situações essas que ameaçam sua integridade física (Lima et al., 2019).

A respeito dos fatores indesejáveis que são associados à profissão, destaca-se: pouco reconhecimento por parte da sociedade; má remuneração; uma rígida hierarquia institucional; além de ausência de poder de decisão em dadas situações, como rebeliões (Lima et al., 2019).

Ademais, estudos acerca do sistema prisional se referem às repercussões negativas para os detentos em decorrência da falta de estrutura nas instituições, todavia, essa condição de infraestrutura somada à violência atinge, também, os profissionais que atuam nesses espaços, que se revelam especialmente sobrecarregados e estressados (Simplicio & Costa, 2019). Soma-se ao exposto o contexto pandêmico que o mundo vivencia desde o ano de 2020, em que milhares de pessoas adoeceram e morreram (Goularte et al., 2021).

Frente ao exposto, o presente estudo tem por objetivo identificar e discutir os principais fatores que influenciam na saúde mental dos trabalhadores do sistema prisional.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, a partir da revisão integrativa, que consiste em um método amplo, que objetiva sintetizar as pesquisas sobre um determinado assunto, possibilitando que estudos de diversas abordagens metodológicas sejam incluídos (Clementino et al., 2021).

A revisão foi constituída por seis fases, segundo recomendação de Souza et al. (2010): elaboração da pergunta norteadora; busca ou amostragem na literatura; coleta de dados; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos resultados; apresentação da revisão integrativa.

Para a primeira fase, estabeleceu-se a seguinte pergunta de pesquisa: Com base na literatura quais os fatores que influenciam na saúde mental dos trabalhadores do sistema prisional? Seguido da determinação das palavras-chave, sendo escolhidos os seguintes termos: Prisões; Saúde mental; Saúde do trabalhador; combinados com o operador booleano “and”.

A partir disso, foram empregados os seguintes critérios de inclusão: estudos publicados nos últimos seis anos (2014 a 2021), com texto completo disponível, no idioma português. Textos que não abrangem a temática de interesse foram excluídos. A busca na literatura ocorreu entre os meses de outubro a dezembro de 2021, nas seguintes bases eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Scholar, Scielo e Periódico Capes.

Inicialmente, foram encontrados 20.831 estudos, após o emprego dos critérios de inclusão, restaram 1.140. Estes passaram por leitura crítica de título e resumo para seleção dos artigos a serem lidos na íntegra. Foram selecionados 17 artigos, sendo seis encontrados no Periódico Capes, cinco no Google Acadêmico, três na BVS e três na Scielo, também foi avaliado o nível de evidência dos artigos selecionados segundo a classificação de Oxford (Oxford Center for Evidence-Based Medicine, 2001).

Em seguida, os estudos foram lidos e as informações dispostas em um quadro, com posterior discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa.

3. Resultados

Correspondendo à quarta etapa da revisão integrativa, os 17 artigos foram organizados, no Quadro 1, com objetivo de trazer os aspectos de maior relevância.

Quadro 1: Distribuição dos artigos incluídos na revisão, obtidos nas bases eletrônicas: BVS; Google Scholar; Scielo; Periódico Capes, capturados no período de maio a junho de 2021.

Título, periódico, autor e ano	Objetivo	Método	Principais achados	NE
Vulnerabilidade ao estresse entre agentes de Segurança Penitenciários. Psicologia: Ciência e Profissão. Jesus & Felipe, 2021.	Avaliar a vulnerabilidade ao estresse entre policiais penais de uma unidade prisional do interior de Minas Gerais.	Quantitativo descritivo, comparativo e correlacional.	Clima e funcionamento organizacional: Principais queixas - ambiente físico inadequado salário inadequado para a função e não ser valorizado. Pressão no trabalho - Principais queixas: Os itens que mais se destacam são: responsabilidade excessiva e ritmo acelerado de trabalho. Infraestrutura e rotina - Principais queixas: iluminação do ambiente, equipamento precário e licença de saúde recorrente dos colegas.	4
Qualidade de vida relacionada ao ambiente ocupacional dos agentes penitenciários do estado do Maranhão. Revista Nursing. Silva, Câmara & Gomes, 2021.	Identificar o nível de qualidade de vida segundo o ambiente ocupacional das Unidades Prisionais.	Transversal, qualitativa, não probabilista.	O domínio qualidade de vida apresentou melhor média. Já o domínio ambiente ocupacional apresentou a pior média. Quando realizada a comparação entre quais gêneros apresentaram os melhores escores nos 5 domínios, houve igualdades entre os dois gêneros.	3B
Transtornos mentais comuns em servidores de um presídio. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho.	Avaliar a prevalência de transtornos mentais comuns nos trabalhadores de um presídio no estado de São Paulo.	Aplicação do Self-Reporting Questionnaire-20 e questionário.	O uso de psicofármacos e menor apoio familiar foram estatisticamente correlacionados com os transtornos mentais comuns. O número reduzido de funcionários na unidade foi considerado fator mais prejudicial ao trabalho.	3B

Silva, Cruz & Almeida, 2020. As experiências subjetivas de prazer e sofrimento no trabalho de agentes penitenciários de uma cidade do interior do estado de Rondônia. Revista FAROL. Rodrigues & Codinhoto, 2020.	Compreender as vivências de prazer e sofrimento no trabalho dos policiais penais de uma Penitenciária do Estado de Rondônia.	Estudo qualitativo.	Causas de sofrimento: Desvalorização do trabalho, pessoal e financeira, desvalorização das mulheres em relação aos homens. Estratégias de enfrentamento: Finalizar o plantão, estudar para passar em outro concurso e o uso de atividades físicas. Estratégias defensivas: trocas de plantões, uso de bebida alcoólica e agressividade com a família. Causas de adoecimento: cansaço pelo tempo de serviço, conflito entre os pares, adoecimento pelo trabalho, perseguição e insônia.	3A
Estresse em agentes penitenciários de um presídio do interior de Minas Gerais. Revista Psicologia, Saúde e Debate. Maekawa, Côrrea, Araújo, Carvalho, Silva & Alves, 2020.	Identificar o nível de estresse em policiais penais.	Estudo descritivo com abordagem quantitativa.	A maioria dos policiais penais não apresentou sintomas de estresse, contudo, os profissionais que apresentaram 52,2% se encontram na fase de Resistência. Estratégias para busca de melhorias das condições de trabalho e pela prevenção do estresse devem ser estabelecidas.	3B
Aspectos emocionais de agentes penitenciários relacionados à suas condições de saúde. Universidade Federal de Mato Grosso. Gonçalves & Oliveira, 2019.	Analisar os aspectos emocionais relacionados aos riscos ocupacionais que podem afetar as condições de saúde dos policiais penais do Município de Rondonópolis-MT.	Análítico e descritivo, de natureza quantitativa.	Estresse, impaciência, irritabilidade, tontura, falta de ar, aperto no peito, cefaleia, não reconhecem a necessidade de ajuda profissional.	2B
Acesso a informações sobre substâncias psicoativas e o consumo por agentes prisionais. Revista Enfermería Actual. Nascimento, Borges, Cabral, Terças-Trettel, Hattori, Lemes & Luis, 2019.	Identificar o acesso às informações sobre substâncias psicoativas e o consumo destas por policiais penais.	Estudo exploratório e qualitativo.	Quanto maior tempo com alguma mídia, maior será a oportunidade de acesso a propagandas sobre substâncias psicoativas. A inclusão de atividades educativas permitirá que as informações sobre substâncias e outros conteúdos importantes do cotidiano institucional ou veiculados nas mídias impactem de forma positiva na qualidade de vida desse grupo.	2B
Bem-estar no trabalho e síndrome de <i>burnout</i> : Facetas opostas no labor penitenciário. Revista de Administração Mackenzie. Corrêa, Lopes, Almeida & Camargo, 2019.	Analisar a perspectiva dos policiais penais do estado do RS na relação entre os componentes do BET e os da síndrome de <i>burnout</i> .	Pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa.	O bem-estar no trabalho está parcialmente presente no cotidiano dos servidores penitenciários. Não foram evidenciados estresse laboral e SB. Os resultados revelaram quatro associações significativas entre os níveis dos constructos de bem-estar no trabalho e os de síndrome de <i>burnout</i> .	3B
Qualidade de vida de agentes penitenciários. Arq. Med.Hosp. Fac. Cienc. Méd. Santa Casa São Paulo. Stradiotti, K. M., Stradiotti, J. M. M., Souza, J. C. R. P., Mello, Souza, V. C. R. P. & Rigo, 2019.	Avaliar a qualidade de vida dos policiais penais do Mato Grosso do Sul em relação às condições de trabalho e a saúde geral.	Descritiva, quantitativa, corte transversal.	Quanto maior grau de instrução menor a qualidade de vida no domínio psicológico; os casados, oficiais, maior renda e os que dormem mais apresentam melhor QV; os que utilizam remédios para dormir ou já tiveram afastamento do serviço apresentam menor QV.	4
Perfil dos agentes de segurança penitenciária de cadeia pública feminina do Mato Grosso. Revista Norte Mineira de Enfermagem. Picoloto, Corsino, Nascimento, Hattori, Atanaka & Terças, 2018.	Descrever o perfil dos policiais penais de uma Cadeia Pública Feminina de Mato Grosso.	Estudo transversal.	Jovem, mulheres; casados; nível superior completo; renda de cinco a seis salários mínimos. Atuam há menos de cinco anos, referem necessidade de capacitação.	4
Predisposição à Síndrome de Burnout em agentes de segurança penitenciária. O Mundo da Saúde. Batista Júnior, Tôrres, Araújo, Paulino, Carvalho & Batista, 2018.	Verificar a predisposição dos policiais penais em desenvolver Síndrome de Burnout.	Abordagem transversal amostra não probabilística.	Foram classificados a partir do nível II da SB, sendo que a maioria está no nível III do desenvolvimento do transtorno. Quanto à associação entre SB e sexo, não há relação estatisticamente significativa. Os dados indicam alta predisposição ao desenvolvimento da SB.	2B
Precarização do Trabalho e Prevalência de Transtornos Mentais	Analisar a relação entre precarização do trabalho dos	Transversal, descritiva, do	A maioria apresentou sete ou mais sintomas de transtornos mentais comum, sendo considerados os mais	3B

em Agentes Penitenciários do Estado de Sergipe. Revista Psicologia e Saúde. Albuquerque & Araújo, 2018.	policiais penais de Sergipe e o desenvolvimento de transtornos mentais comuns decorrentes das condições de trabalho.	tipo quali- quanti.	predominantes: sentir-se nervoso, tenso ou preocupado, seguido de dores de cabeça, dormir mal, cansado e sentir-se triste ultimamente, tornando-os vulneráveis ao adoecimento físico e psicológico.	
A gestão penitenciária na qualidade de vida profissional do servidor penitenciário. Saúde em Redes. Lauxen, Borges & Silva, 2017.	Refletir sobre os possíveis fatores de risco no trabalho do policial penal, no tocante ao tratamento penal e as perspectivas da gestão penitenciária para QV do trabalhador.	Revisão integrativa.	Garantia de espaços de trabalho que promovam saúde e reduzam riscos psicossociais e vulnerabilidades no trabalho penitenciário.	4
Cuidar de preso? Os sentidos do trabalho para agentes penitenciários. Revista de Ciências da Administração. Siqueira, Silva & Angnes, 2017.	Identificar os sentidos do trabalho para os policiais penais.	Abordagem qualitativa.	Remuneração e a estabilidade do serviço público como principal sentido do trabalho, a família é a esfera central no suporte à sociabilidade. Estes têm uma visão negativa do trabalho devido à insegurança e ao medo exercendo a profissão e as condições de trabalho insalubre.	4
Síndrome de burnout em agentes penitenciários: Uma revisão sistemática sob a perspectiva de gênero. Estudos e Pesquisas em Psicologia. Braun, 2016.	Análise das publicações acerca da tem síndrome de Burnout em policiais penais.	Revisão sistemática.	Os resultados gerais não demonstram diferenças significativas, porém, apontam para associação positiva da exaustão emocional e desilusão pelo trabalho com tempo de serviço. A dimensão de despersonalização foi mais elevada em homens.	3A
Qualidade de vida no trabalho: a realidade de profissionais em penitenciárias no estado da Paraíba. Universidade Estadual da Paraíba. Barbosa, 2015.	Mensurar e verificar fatores associados à QV no trabalho dos profissionais de saúde e policiais penais do sistema prisional do estado da Paraíba.	Exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa e transversal.	Profissionais de saúde: A avaliação global da QVT foi de 69,55 pontos. Sexo e escolaridade e as esferas biológica/fisiológica e ambiental/ organizacional foram estatisticamente significativas Agentes carcerários: A QVT foi de 56,22. Idade e tempo de serviço e as esferas sociológica/relacional, econômica/política e ambiental/ organizacional foram estatisticamente significativas.	2B
O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. Revista Brasileira de Enfermagem. Jaskowiak & Fontana, 2015.	Conhecer as condições de trabalho de policiais penais e os reflexos do exercício da atividade laboral em sua saúde.	Pesquisa descritiva, qualitativa.	Condições de trabalho insatisfatórias por deficiência de recursos materiais e descaso do poder público com as questões inerentes à ressocialização do apenado, resultando em exposição aos riscos psicossociais, insatisfação e desgaste emocional dos trabalhadores.	4

Fonte: Elaboração própria.

Levando em consideração os anos de publicação, 2019 foi o ano com maior número (4), seguido de 2018 e 2020 (3). Se tratando das áreas de especialização, a enfermagem e psicologia se apresentam como as áreas com maior número de publicações (29%), saúde pública, gestão e medicina (12%).

Após leitura e análise textual, emergiram quatro categorias para a discussão acerca do tema: Perfil dos profissionais do sistema prisional; Impacto na qualidade de vida no trabalho percebida pelos profissionais; Vulnerabilidade aos riscos psicossociais; O ser agente do sistema prisional.

4. Discussão

Nesta seção, serão discutidos os resultados das produções científicas, correspondendo, assim, à quinta etapa da revisão integrativa.

4.1 Perfil dos profissionais do sistema prisional

Há uma predominância do sexo masculino no sistema prisional, tal contexto se dá em decorrência das peculiaridades destas instituições, em que o uso de força, repressão, bem como frequente afirmação da virilidade, se fazem necessários. Todavia, da mesma forma que se observa em diversas ocupações historicamente masculinas, vem ocorrendo a inserção de

maneira crescente de mulheres neste espaço (Jaskowiak & Fontana, 2015; Batista Júnior *et al*, 2018; Albuquerque & Araújo, 2018; Gonçalves & Oliveira, 2019; Câmara & Gomes, 2021; Jesus & Felipe, 2021)

Tal situação é relatada por estudos que evidenciaram o sexo feminino como maior parte da força de trabalho em instituições prisionais femininas. Nesse contexto, a maior prevalência de profissionais mulheres no serviço penitenciário se justifica em decorrência da Lei de Execução Penal. Esta lei determina que as internas do sexo feminino sejam unicamente assistidas por agentes do mesmo sexo (Barbosa, 2015; Batista Júnior *et al*, 2018; Picoloto *et al*, 2018; Silva *et al.*, 2021).

Para além, identificou-se que o nível de instrução dos policiais penais é predominantemente de nível superior (Jaskowiak & Fontana, 2015; Barbosa, 2015; Picoloto *et al*, 2018; Stradiotti *et al*, 2019; Silva *et al.*, 2021). Para Souza e colaboradores (2015), este quadro se dá pela preocupação em, cada vez mais, ter pessoas capacitadas para exercer a função, sendo confirmado a partir da exigência de diploma de nível superior. Barbosa (2015) evidencia que o nível de escolaridade afeta a qualidade de vida no trabalho. Profissionais com nível superior apresentaram melhores pontuações na escala de QVT quando comparados a profissionais de nível médio. O autor evidenciou, ainda, que não é só a qualidade de vida do trabalho que apresentou baixa pontuação, como também a qualidade de vida geral, uma vez que estão propensos a enfrentar situações complexas, e o menor nível de instrução pode acarretar em dificuldade de resolução de problemas no âmbito laboral e vida cotidiana.

Nesse sentido, Silva *et al.*, (2021) apontam que o tempo de trabalho na instituição, bem como o tempo em que o profissional atua no período noturno, também influenciam na qualidade de vida dos trabalhadores, neste caso, negativamente. Tal contexto assemelha-se às longas jornadas dos policiais penais que trabalham por longos períodos noturnos, ocasionalmente sem descanso, em decorrência do pouco efetivo somado ao medo de rebeliões nas unidades prisionais.

Outro aspecto encontrado relativo ao perfil dos policiais penais diz respeito à idade, sendo a faixa etária de 30 a 40 anos amplamente descrita nos estudos (Gonçalves & Oliveira, 2019, Picoloto *et al*, 2018, Barbosa, 2015, Batista Júnior *et al*, 2018, Albuquerque & Araújo, 2018, Jaskowiak & Fontana, 2015).

4.2 Impacto na qualidade de vida no trabalho percebida pelos profissionais

Características tipicamente masculinas são priorizadas para o trabalho no sistema prisional, por isso os homens, provavelmente, tendem a satisfazer de maneira mais efetiva às expectativas de controle e vigilância dos internos, resultando na despersonalização mais acentuada das agentes do sexo feminino em comparação aos homens agentes. Tal condição acarreta no desenvolvimento de sentimentos negativos acerca das pessoas com que se trabalha, levando à adoção de atitudes correspondentes a esses sentimentos, como cinismo e indiferença, refletindo em um ambiente negativo e nocivo que impacta na qualidade de vida no trabalho, ou seja, no ambiente prisional, as mulheres evitam expor feminilidade, o que pode demonstrar fragilidade diante dos detentos (Braun, 2016).

A despersonalização, além de relacionar-se de formas distintas entre os gêneros, também pode ser relacionada aos agentes de menor idade. Tal fator se correlaciona ao maior desgaste no ambiente de trabalho, podendo gerar sofrimento em decorrência de inexperiência para resolver os problemas que se apresentam no cotidiano laboral, bem como de frustrações relacionadas ao início da carreira profissional (Barbosa, 2015, Braun, 2016).

Apesar do exposto, mesmo com os tópicos estudados apresentando algumas variáveis desfavoráveis, um estudo evidenciou que no geral, a qualidade de vida dos policiais penais é considerada satisfatória. Contudo, foi identificada uma tendência à insatisfação, uma vez que tal profissional tem o lazer muito afetado em decorrência do medo de sofrer violência contra si e seus familiares, devido ao trabalho que realiza (Stradiotti *et al*, 2019).

A capacidade para o trabalho, além da disposição física e mental, também pode ser desfavorecida a partir da escassez de horas de repouso, uma vez que aumenta o nível de estresse e fadiga à medida que se reduz o tempo de sono. Para tanto, é

fundamental que a legislação vigente seja respeitada, mesmo que não se tenha estipulada uma carga horária incapaz de provocar problemas de saúde físicos e mentais no profissional (Barbosa, 2015).

Segundo Stradiotti e colaboradores (2019), a qualidade de vida de policiais penais que tiveram afastamento do trabalho em decorrência de motivo de saúde é reduzida nos domínios: físico; psicológico; e autoavaliação. O resultado foi apresentado a partir do uso da escala do questionário WHOQOL, desenvolvido pela organização mundial da saúde. O material dispõe de 24 faces compondo quatro domínios, supracitados.

A partir do conhecimento dos fatores que levam ao afastamento desses profissionais, há uma maior possibilidade na adoção de políticas a fim de prevenir as doenças e recuperar a saúde da categoria, já que o afastamento decorrente de licenças médicas ocasiona prejuízo tanto para o estado como para o trabalhador.

Estudo de Rodrigues e Codinhoto (2020) identificou que o principal causador de sofrimento no trabalho do policial penal é a falta de reconhecimento e valorização profissional. Para Albuquerque e Araújo (2018), esta compõe uma das grandes frustrações dos agentes, por conta da falta de um plano de carreira e salários que lhes assegurem uma mudança qualitativa através de promoções garantidas legalmente. Em suma, a valorização das atividades, avaliação produtiva, bem como demonstração do reconhecimento do trabalho, constituem aspectos estruturantes da identidade de tal profissional e, por conseguinte, melhoram o rendimento, a satisfação para o trabalho e a autoestima (Barbosa, 2015).

Uma vez identificadas possíveis causas que impactam na qualidade de vida dos profissionais, estratégias para confronto dessas perspectivas devem ser pensadas. Uma estratégia, conforme Madruga (2021) investigou, é que caso todos os funcionários estivessem presentes por plantão, seria alcançada a escala ideal. Contudo, para tal meta, seriam necessárias quatro equipes para revezamento da escala de plantão, ou seja, é necessário que o efetivo de trabalho seja suficientemente adequado, para que a escala de serviço seja bem dimensionada. Ademais, é necessário que o estigma e discriminação sejam revistas e exploradas de modo individual e com a devida importância, pois tal prática tem a capacidade de gerar a exclusão social desses profissionais. (Rudnicki et al., 2021)

Silva, Câmara e Gomes (2021) ressaltam a importância da criação de um programa de qualidade de vida no trabalho, direcionado especificamente ao policial penal, com o objetivo de melhorar o bem-estar e satisfação destes profissionais. Tais medidas têm o potencial para melhorar o desempenho e produtividade, já que estão profundamente ligadas ao nível de satisfação no trabalho.

Atitudes que promovam a saúde no ambiente ocupacional devem ser orientadas para a transformação da organização do trabalho e não apenas nos modos individuais, tendo a característica do ambiente a qual o trabalhador está inserido, como principal determinante do grau de demanda psicológica e de controle, e as intervenções devem ser praticadas visando melhores condições justamente no ambiente de trabalho (Tschiedel, 2012). Para Barbosa (2015) é de suma importância disponibilizar a assistência integral aos policiais penais, para que tenham a oportunidade de expressar suas necessidades referentes ao ambiente laboral.

4.3 Vulnerabilidade aos riscos psicossociais

Segundo Albuquerque e Araújo (2018), o adoecimento dos trabalhadores pode ser ocasionado pela utilização ao máximo da capacidade mental e psíquica do sujeito para resistir às influências e pressões do trabalho, devendo ser ponderado a partir do sujeito que sofre, além do contexto no qual ocorre.

Estudo de Maekawa e colaboradores (2020) observou que 46,2% dos policiais penais participantes da pesquisa apresentaram sintomas de estresse. Tal achado é corroborado por Albuquerque e Araújo (2018), o que reflete no desenvolvimento de diversas doenças como resposta do organismo que não consegue se adaptar ao estressor, assim como impacta de maneira negativa no relacionamento familiar (Maekawa *et al*, 2020, Jaskowiak & Fontana, 2015). Essa

vulnerabilidade ao estresse pode ter relação com o ambiente institucional, relações interpessoais e com superiores, além da insatisfação com o trabalho, sendo constatada associação entre sintomas de estresse persistente e um ambiente laboral psicologicamente impróprio, somado às más condições de infraestrutura, ausência de lazer e esporte, bem como demais fatores próprios à função (Jesus & Felipe, 2021).

Segundo Gonçalves e Oliveira (2019), o estresse no trabalho relaciona-se a vários agravos à saúde mental e física do indivíduo, sendo que, quando associado a sobrecarga de trabalho, pode acarretar no desenvolvimento de condições como: distúrbios do sono; *burnout* e depressão; bem como em condições metabólicas, particularmente as que afetam o sistema cardiovascular, sendo mais comum as coronarianas e a hipertensão.

Para além, Rodrigues e Codinhoto (2020) notaram, também, a presença de angústia no trabalho, problemas para dormir e o frequente desencadeamento de fatores relativos à ansiedade. Para Maekawa e colaboradores (2020), o aparecimento destas doenças a nível físico e psicológico, em decorrência da não adaptação ao estresse, é a fase mais complicada, uma vez que o desequilíbrio interior é muito grande. Sintomas comumente apresentados nesta fase são: pesadelos; cansaço excessivo; insônia; impossibilidade para trabalhar; vontade de fugir de tudo; pensamento e diálogo constante acerca de um único assunto; irritabilidade sem causa aparente; angústia e ansiedade diárias

Nesse sentido, Picoloto e colaboradores (2018) apontam que realizar exercício físico é uma estratégia indispensável aos policiais penais, uma vez que atua como opção fundamental para melhora do bem-estar, promoção da saúde e alívio do estresse cotidiano.

Se tratando do uso de medicações, poucos estudos investigaram esta variável, sendo evidenciado apenas o uso para tratamento de doenças crônicas. Um único estudo relatou uso de antidepressivos por 53,3% dos participantes, sendo que o restante relatou utilizar benzodiazepínicos ou indutores do sono. Cabe ressaltar que, este mesmo estudo, apontou significância estatística entre fazer uso de medicamento controlado prescrito por médico e o fato de não possuir apoio familiar (Silva et al., 2021).

Segundo Jesus e Felipe (2021), o álcool e o tabaco se apresentam como as substâncias mais citadas relativas ao vício. Nascimento e colaboradores (2019) apontam que, especificamente, o consumo álcool pode ser o método de enfrentamento que os trabalhadores encontraram a fim de superar as adversidades e fontes de mal-estar laborais. Entretanto, há algumas questões que os fazem esconder o consumo, assim como, intensificar o abuso, entre elas: estigma relacionado ao abuso de álcool; medo de perder o emprego; bem como contravenção disciplinar quanto ao consumo de álcool no ambiente laboral.

Além do exposto, é importante ressaltar a ausência de artigos que abordem o impacto da pandemia na saúde mental dos policiais penais. Tal discussão se faz importante, uma vez que espaços de privação de liberdade possuem algumas particularidades relativas à pandemia de Covid-19, dado que podem tornar-se epicentros de doenças infectocontagiosas, em decorrência de características como: superlotação; pouca ventilação; insalubridade; além de restrição no acesso a serviços de saúde. Tal realidade pode ser observada em Ohio, nos Estados Unidos, em que $\frac{3}{4}$ da população de um presídio positivou para a Covid-19 (Sánchez *et al*, 2020).

Tais fatores que propiciam o contágio nestas instituições fizeram com que medidas, como suspensão de visitas e de atividades em grupo, fossem tomadas a fim de diminuir o risco de transmissão da Covid-19 nestes locais, o que implicou em rebeliões e aumento da tensão, impactando na saúde mental dos policiais penais que passaram a temer se infectar, transmitir a doença aos familiares, além do desgaste físico e emocional, em decorrência do agravamento do déficit de profissionais e sobrecarga de trabalho somado à possibilidade de sofrerem estigmatização por trabalharem com a população privada de liberdade (Sánchez *et al*, 2020).

Compreendendo o quão importante é a redução de patologias e proteger a saúde, é fundamental enfatizar a indispensabilidade de incluir a atividade física na rotina dos policiais penais. Ademais, sua inserção promove a restauração e progresso da capacidade física, fundamental na execução das atividades diárias (Lima *et al*, 2019).

4.4 O ser agente do sistema prisional

Segundo Rodrigues e Codinhoto (2020), a satisfação é o sentido da relação do trabalho com o fortalecimento da valorização social, bem como a existência de possibilidade de ascender na carreira, reconhecimento, sistemas de recompensa e remuneração, relacionamento interpessoal com os pares e superiores, conteúdo e condições de infraestrutura do ambiente laboral. Cabe ressaltar que, prazer não é sinônimo de saúde - apesar de influenciá-la em seu aspecto amplo, bem como o sofrimento propriamente dito não é sinônimo de doença.

Estudo de Siqueira *et al.*, (2017) aponta que, se tratando do sentido do trabalho a partir da esfera individual, a principal motivação para a escolha da carreira foi o salário e a estabilidade encontrada no serviço público. Ademais, revela que os agentes sentem medo, devido às circunstâncias do trabalho que exercem, sendo o maior temor relacionado à família. A falta de perspectivas de crescimento também é um fator relatado no estudo, dado que, entre os agentes pesquisados, a visão de futuro baseia-se na permanência na própria profissão.

Segundo Stradiotti e colaboradores (2019), o sentimento de medo não se restringe ao profissional, mas também invade a vida daqueles que possuem qualquer vínculo com este sujeito, que passam a sentir medo e insegurança devido ao receio com sua integridade física.

Esse sentimento é um dos que mais afeta o policial penal fora dos muros da prisão, ocasionando sintomas como dificuldade para dormir, bem como acordar no meio da noite idealizando situações de violência. Em decorrência disso, muitos agentes se absterem de comentar acerca de sua ocupação, assim como limitam suas possibilidades de lazer a opções que não impliquem em contato com multidões ou ambientes públicos, como uma medida de proteção. Tal contexto pode acabar por gerar sofrimento e adoecimento laborais, que podem tornar-se um obstáculo para a saúde. A fim de prevenir os distúrbios em virtude do trabalho, se faz necessário que governantes e gestores se sensibilizem quanto aos riscos dos agentes prisionais, sobretudo, suporte emocional, a fim de atenuar as constantes tensões atenuadas (Jaskowiak & Fontana, 2015).

5. Conclusão

Este estudo abordou as vertentes relacionadas aos fatores colaborativos para o risco de adoecimento, estratégias de enfrentamentos e ações institucionais que favoreçam melhores condições de vida e trabalho dos policiais penais.

Foi evidenciado que homens são maioria no serviço de policiais penais, com exceção das penitenciárias femininas. O nível superior se mostra majoritário. O menor tempo de experiência e idade mais jovem se mostraram como fatores de risco para o desenvolvimento de insatisfação no trabalho e doenças ocupacionais. O pouco tempo ou a ausência de lazer, por medo de retaliações, surgem como principais queixas sentidas pelos policiais penais, seguidas das poucas horas de sono e repouso. A falta de reconhecimento no trabalho é um fator desagradável que pode gerar danos psicossociais na categoria.

O estresse se mostrou como principal vulnerabilidade de exposição dos policiais penais, seguido de ansiedade. O uso de álcool e tabaco são descritos como métodos de amenizar a pressão sofrida no ambiente de trabalho. O uso de medicamentos psicoativos é infimamente descrito na literatura, contudo, medicamentos para doenças crônicas são altamente utilizadas, pois diversos policiais penais apresentam doenças como hipertensão arterial e diabetes mellitus.

Embora a satisfação no trabalho seja descrita, foi evidenciado a tendência à insatisfação, conforme estudos de Stradiotti, *et al* (2019), além do medo da perda do sentido do trabalho. Espera-se, com este estudo, a reflexão sobre a

importância da criação de medidas para a melhoria das condições de trabalho e redução de danos psicossociais dos policiais penais.

Referências

- Albuquerque, D. R. & Araújo, M. R. M. de. (2018). Precarização do Trabalho e Prevalência de Transtornos Mentais em Agentes Penitenciários do Estado de Sergipe. *Rev Psicol e Saúde*, 10(1), 19–30. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v10n1/v10n1a02.pdf>
- Barbosa, M. L. (2015). *Qualidade de vida no trabalho: a realidade de profissionais em penitenciárias no estado da Paraíba*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil. Disponível: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/2563/2/PDF%20-%20Mayara%20Lima%20Barbosa.pdf>
- Batista Júnior, E. P., Tôres, B. O., Araújo, M. do S. D. de, Paulino, M. R., Carvalho, A. A. T. & Batista, M. I. H. de M. (2018). Predisposição à Síndrome de Burnout em agentes de segurança penitenciária. *O Mundo da Saúde*, 42(3), 530–41. <https://revistamundodasaude.emnuvens.com.br/mundodasaude/article/view/71>
- Braun, A. C. (2016). Síndrome de Burnout em agentes penitenciários: Uma revisão sistemática sob a perspectiva de gênero. *Estud e Pesqui em Psicol.*, 16(2), 366–381. <https://doi.org/10.12957/ep.2016.29165>
- Clementino, C. V., Boska, G. D. A., Silva, J. C. D. M. C., Oliveira, M. A. F. de, Claro, H. G. & Souza, M. R. C. F. (2021). Assistência de enfermagem a gestantes usuárias de crack e cocaína: revisão integrativa. *Rev Enferm UERJ*, 29. <https://doi.org/10.12957/reuerj.2021.56246>
- Corrêa, J. S., Lopes, L. F. D., Almeida, D. M. & Camargo, M. E. (2019). Bem-estar no trabalho e síndrome de burnout: faces opostas no labor penitenciário. *Rev Adm Mackenzie*, 20(3). <https://www.scielo.br/j/ram/a/SVzNZkV83KPJgsY3dWNGzpq/?format=pdf&lang=pt>
- Fernandes, R. de C. P., Silvany Neto, A. M., Sena, G. de M., Leal, A. dos S., Carneiro, C. A. P. & Costa, F. P. M. da. (2002). Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. *Cad Saude Publica*, 18(3), 807–16. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000300024>
- Gonçalves, R. E. & Oliveira, W. J. (2019). *Aspectos emocionais de agentes penitenciários relacionados à suas condições de saúde*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, MT, Brasil. Disponível: <http://bdm.ufmt.br/handle/1/1485>
- Goularte, J. F., Serafim, S. D., Colombo, R., Hogg, B., Caldieraro, M. A. & Rosa, A. R. (2021). COVID-19 and mental health in Brazil: psychiatric symptoms in the general population. *Journal of Psychiatric Research*, 132, 32-37. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2020.09.021>
- Jaskowiak, C. R. & Fontana, R. T. (2015). O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. *Rev Bras Enferm*, 68(2), 235–243. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2015680208i>
- Jesus, S. R. de & Felipe, A. M. (2021). Vulnerabilidade ao Estresse entre Agentes de Segurança Penitenciários Sara. *Psicol Ciência e Profissão*, 41, 1–18. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003197193>
- Lauxen, I. A. G., Borges, R. S. dos S. & Silva, M. B. (2017). A Gestão Penitenciária Na Qualidade De Vida Profissional Do Servidor Penitenciário. *Saúde em Redes*, 3(3), 256–263. <http://dx.doi.org/10.18310/2446-4813.v3n3p256-263>
- Lima, A. I. O., Dimenstein, M., Figueiró, R., Leite, J. & Dantas, C. (2019). Prevalência de Transtornos Mentais Comuns e Uso de Álcool e Drogas entre Agentes Penitenciários. *Psicol Teor e Pesqui.*, 35. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3555>
- Madruga, M. N. (2021) Dossiê Prisões, Dano Social e Contextos Contemporâneos (Anais do II Congresso Internacional Punição e Controle Social: prisões, controle e dano social na América Latina), V. 07, N. 1.
- Maekawa, L. S., Córrea, P. N. de S. A., Araújo, S. A., Carvalho, M. T. M., Silva, R. J. da & Alves, M. G. (2020). Estresse Em Agentes Penitenciários De Um Presídio Do Interior De Minas Gerais. *Psicol e Saúde em Debate*, 6(2), 373–387. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V6N2A25>
- Marques, G. da S., Giongo, C. R., & Ruckert, C. (2018). Saúde mental de agentes penitenciários no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Dialogo*, 38, 89–98. <http://dx.doi.org/10.18316/dialogo.v0i38.4202>
- Ministério do Trabalho. (2017). *Adoecimento Mental e Trabalho – A concessão de benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais entre 2012 e 2016*. Brasília, DF, Brasil. <http://sa.previdencia.gov.br/site/2017/04/1%C2%BA-boletim-quadrimestral.pdf>
- Nascimento, V. F. do, Borges, J. S., Cabral, J. F., Terças-Trettel, A. C. P., Hattori, T. Y., Lemes, A. G. & Luis, M. A. V. (2019). Acesso a informações sobre substâncias psicoativas e o consumo por agentes prisionais. *Enfermería actual en Costa Rica*, 36. <http://dx.doi.org/10.15517/revenf.v0i36.34918>
- Oxford Centre for Evidence-Based Medicine. (2001). *Níveis de evidência científica segundo a Classificação de Oxford Centre for Evidence-Based Medicine*. <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/janeiro/28/tabela-nivel-evidencia.pdf>
- Picoloto, C., Corsino, P. K. D., Nascimento, V. F. do, Hattori, T. Y., Atanaka, M. & Terças, A. C. P. (2018) Perfil dos agentes de segurança penitenciária de cadeia pública feminina do Mato Grosso. *RENOME*, 7(1), 48–60. <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/renome/article/view/1218>
- Rodrigues, R. G. & Codinhoto, E. (2020). As experiências subjetivas de prazer e sofrimento no trabalho de agentes penitenciários de uma cidade do interior do estado de Rondônia. *Rev farol*, 11(11), 112-127. <http://revistafarol.com.br/index.php/farol/article/viewFile/283/204>
- Rudnicki, D., Schäfer, G., & Silva, J.G. (2017). As máculas da prisão: estigma e discriminação das agentes penitenciárias. *Revista Direito GV*, 13(2), 608-627. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201724>

Sánchez, A., Garcia, A. M., Almeida, B. C. de, Melo, B. D., Pereira, D. R., Julião, E., Santos, F. B. L. dos, Ribeiro, F. M. L., Serpeloni, F., Gonçalves, H. S., Kabad, J. F., Athié, K., Simas, L., Souza e Souza, M., Kadri, M., Batista e Silva, M. B., Magrin, N. P., & Diuana, V. (2020). *Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: COVID e a população privada de liberdade*. Fiocruz/CEPEDES. <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41680/2/CartilhaSistemaPrisional.pdf>

Santos, S. N. (2019). *Além das grades: associação entre aspectos psicossociais do trabalho e saúde mental de agentes penitenciários da região metropolitana de salvador, bahia, brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. Disponível: https://sat.ufba.br/sites/sat.ufba.br/files/dissertacao_final_-_sheila_nascimento_santos.pdf

Silva, A. L. e, Cruz, C. R. B. & Almeida F. S. e S de. (2021). Transtornos mentais comuns em servidores de um presídio. *Rev Bras Med Trab.*, 19(3), 314–23. <http://dx.doi.org/10.47626/1679-4435-2021-613>

Silva, F. S., Câmara, J. T. & Gomes, R. N. S. (2021). Qualidade de vida relacionada ao ambiente ocupacional dos agentes penitenciários do estado do maranhão. *Nursing*, 24(279), 6025–6029. <https://doi.org/10.36489/nursing.2021v24i279p6025-6034>

Simplicio, A. R. G. & Costa, M. S. A. (2019). Impactos do trabalho laboral na saúde mental de agentes penitenciários de acaraú, ceará: um estudo de caso. In B. R. da Silva Neto (Org.). *Saúde Pública e Saúde Coletiva: Dialogando sobre Interfaces Temáticas 5* (pp. 185-196). Ponta Grossa: Atena. DOI:10.22533/at.ed.99019020917

Siqueira, K. C. de L., Silva, J. M. da & Angnes, J. S. (2017). “Cuidar de preso?!”: os sentidos do trabalho para agentes penitenciários. *Rev Ciências da Adm.*, 19(48), 84–95. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2017v19n48p84>

Souza, I. C. B de, Cisse Ba, S. A., Castro, P. A. de, Andrade, M. S., Fritsche, T. R. L. & Silva, P. de F. (2015). O Perfil Sociodemográfico , Acadêmico e Laboral do Agente de Segurança Prisional de Catalão-GO. *Investig Qual em Ciências Sociais*, 3, 38–43. <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/140>

Souza, M. T., Silva, M. D & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 8(1), 102-106. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>

Stradiotti, K. M., Stradiotti, J. M. M., Souza, J. C. R. P., Mello, M. G. C., Souza, V. C. R. P. & Rigo, G. M. (2019). Qualidade de vida de agentes penitenciários. *Arq Médicos dos Hosp e da Fac Ciências Médicas da St Casa São Paulo*, 64(3), 226–232. <https://doi.org/10.26432/1809-3019.2019.64.3.226>

Tschiedel, R. M. (2012). *O trabalho prisional e suas implicações na saúde mental dos Agentes de Segurança Penitenciária*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil. Disponível: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4803>